



Município de
Resende

CÂMARA MUNICIPAL

Ata n.º 25/2025

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE,
REALIZADA EM 22.12.2025.-----

LOCAL: -----

Salão Nobre dos Paços do Concelho de Resende.-----

CONSTITUIÇÃO DO EXECUTIVO: -----

PRESIDENTE: -----

Fernando Silvério Cardoso de Sousa (PSD / CDS/PP);-----

VEREADORES: -----

Jorge Manuel Correia Caetano (PS);-----

Jorge José Pereira Sala Monteiro (PSD/CDS-PP);-----

Vera Mónica Fonseca Cardoso (PS);-----

Carla Sofia Pereira Lacerda José(PSD/CDS-PP);-----

SECRETARIADO: Assistente Técnico da Divisão Administrativa e de Expediente Geral, Paulo Jorge Vieira Correia.-----

HORA DE ABERTURA: -----

Eram 10h00 quando o senhor Presidente da Câmara, após verificar que a Câmara estava reunida em número legal suficiente para deliberar, declarou aberta a reunião.-----

A. PERÍODO DE "INTERVENÇÃO DO PÚBLICO; -----

Não se verificaram quaisquer intervenções.-----

B. PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA": -----

B.1. DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR; -----

O senhor Presidente solicitou a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, uma vez que a mesma foi distribuída a todos os membros com antecedência, a qual foi concedida.-----

Seguidamente, foi a referida ata colocada à discussão e sujeita a votação (na parte em que não tinha sido previamente aprovada em minuta), tendo sido aprovada por unanimidade.-----

B.2. COMPETÊNCIA DELEGADA; -----

Não houve.-----

B.3. ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO; -----

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----



Município de
Resende

CÂMARA MUNICIPAL

Presidente da Câmara – Deu conhecimento aos senhores vereadores do ponto de situação relativo ao corte de estrada devido à queda de neve, referindo que mais uma vez os serviços de Proteção Civil e Bombeiros Voluntários de Resende estiveram sempre de prevenção tendo inclusivamente sido necessário distribuir refeições a algumas famílias mais isoladas devido à neve. Deu ainda conhecimento aos senhores Vereadores das atividades onde esteve presente na qualidade de Presidente do Município, entre os quais no Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Jorge Manuel Correia Caetano (PS) – Relativamente à Ceia de Natal da Câmara Municipal, agradeceu o convite endereçado, lamentando não poder ter estado presente, felicitando o senhor Presidente da Câmara pela organização, visto ter corrido tudo na normalidade. Ainda relativamente à Ceia de Natal da Câmara Municipal, disse entender que, em futuros jantares de funcionários e colaboradores, a lógica de endereçamento de convites deveria ser menos arbitrária e mais objetiva quanto aos seus convidados, visto que um jantar de funcionários e colaboradores é, por si só, dispendioso para o Município, pelo que esta seleção de convidados não deveria ter uma componente tão arbitrária.

Presidente da Câmara – Esclareceu que, para além dos funcionários no ativo e dos funcionários já aposentados, apenas foram endereçados três convites externos. Tendo estes sido endereçados aos senhores Presidentes cessantes dos Órgãos do Município e ao senhor Chefe de Gabinete do anterior Executivo, justificando pelo facto destes terem desempenhado funções com os funcionários durante o ano de 2025.

C. PERÍODO DE “ORDEM DO DIA”:

Os assuntos constantes da “Ordem do Dia” para a presente reunião foi distribuída a todos os membros com a devida antecedência.

C.1. ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO:

Sobre o assunto em epígrafe foi presente a lista contendo assuntos para conhecimento do executivo:

- Resumo Diário da Tesouraria nº 239, datado de 16 de dezembro de 2025;
 - Despacho Nº36/2025 (Tolerância Ponto Natal e Ano Novo) - CR_14045/2025;
 - UFFreigil Miomães - Pedido Cedência Pavilhão Freigil - Convite Ceia Natal – CR_13378/2025;---
- Não se verificaram quaisquer intervenções.

Tomado conhecimento.

C.2. PARAÍSO ANUNCIADO UNIPESSOAL, LDA – RESENDE – PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL – EMPREENDIMENTO DESTINADO A ESTABELECIMENTO HOTELEIRO – HOTEL RURAL – CASA DE RENDUFE – RETIFICAÇÃO DE DELIBERAÇÃO:



Município de
Resende

CÂMARA MUNICIPAL

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e posterior envio à Assembleia Municipal, a retificação do teor da deliberação de reconhecimento de interesse público municipal da pretensão formulada por Paraíso Anunciado Unipessoal, Lda - Pedido de reconhecimento de interesse público municipal na requalificação e reconversão do edifício denominado de "Casa de Rendufe", sito em Rendufe, freguesia e concelho de Resende, com destino a empreendimento de turismo no espaço rural, na modalidade de Hotel Rural de quatro estrelas, com capacidade para, até, 60 unidades de alojamento do tipo quartos, nos termos da informação dos serviços.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções.-----

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar e remeter à Assembleia Municipal.-----

C.3. BANDA MUSICAL DE SÃO CIPRIANO "A NOVA" – CEDÊNCIA DE AUDITÓRIO DO CENTRO CULTURAL DE SÃO CIPRIANO:-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, um pedido de cedência de auditório do Centro Cultural de São Cipriano, nos dias 20 e 21 de dezembro do corrente ano, para preparação do espaço e realização da Festa de Sócios, respetivamente.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções.-----

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar.-----

C.4. ASSOCIAÇÃO DA CASA DO POVO DA BANDA DE SÃO CIPRIANO "A VELHA" – CEDÊNCIA DE AUDITÓRIO DO CENTRO CULTURAL DE SÃO CIPRIANO E REFEITÓRIO DE CENTRO ESCOLAR DE SÃO CIPRIANO:-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, um pedido de cedência do auditório do Centro Cultural de São Cipriano e do refeitório de Centro Escolar de São Cipriano, nos dias 27 e 28 de dezembro do corrente ano, para preparação do espaço e realização de um concerto de natal, respetivamente.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções.-----

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar.-----

C.5. CASA DO POVO DE RESENDE – INSTALAÇÕES ESCOLARES:-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, um pedido da Casa do Povo de Resende, de cedência das instalações da Escola Preparatória de Resende, no dia 3 de janeiro de 2026, para a realização do jantar de Ano Novo da instituição.-----

O membro **Jorge Manuel Correia Caetano (PS)** declarou-se impedido, pelo que não participou na sua discussão e votação.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções.-----

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar.-----



Município de
Resende

CÂMARA MUNICIPAL

C.6. ASSOCIAÇÃO AREGOS OFF ROAD – II PASSEIO NATAL – PEDIDO DE APOIO:-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para ratificação, um pedido de diverso material, autorização de utilização de terreno e recursos humanos para a realização do evento "II Passeio Natal", no dia 17 de dezembro do corrente ano.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções.-----

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por unanimidade, ratificar.-----

C.7. AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS POR CONSULTA PRÉVIA – ÁREA DA PSICOLOGIA – PROGRAMAS INTERMUNICIPAIS DE PROMOÇÃO DO SUCESSO ESCOLAR:-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação a abertura do procedimento de prestação de serviço em regime de avença, por consulta prévia de técnico(a) na área da Psicologia, nos termos da informação dos serviço..-----

Não se verificaram quaisquer intervenções.-----

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar.-----

C.8. PEDIDO DE CERTIDÃO DE AUTORIZAÇÃO DE AUMENTO DE COMPROPRIEDADE – ALBINO LOUREIRO – ARTIGOS N.º 747 E N.º 952:-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, um pedido de Albino Loureiro, na qualidade de Advogado, a requerer que seja certificado que não existe qualquer inconveniente em que se celebre a escritura de aumento de compropriedade dos prédio rústicos com artigo nº 747 e nº 952, freguesia de Resende e União das Freguesias de Freigil e Miomães, respetivamente, concelho de Resende. Os serviços de fiscalização informaram favoravelmente.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções.-----

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar nos termos da informação dos serviços.-----

C.9. CASA DO POVO DE RESENDE – PEDIDO DO AUDITÓRIO MUNICIPAL DE RESENDE – FESTA DE NATAL – CRECHE "O MIMINHO":-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para ratificação a cedência, nos dias 18 e 19 do corrente mês e ano, do Auditório Municipal e cedência de transporte das crianças para a realização da Festa de Natal da Creche "O Miminho", bem como a aprovação da isenção do pagamento das respetivas taxas.-----

O membro Jorge Manuel Correia Caetano (PS) declarou-se impedido, pelo que não participou na sua discussão e votação.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções.-----

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar.-----

C.10. PLANO DE AÇÃO MUNICIPAL DO PLANO ESTRATÉGICO PARA OS RESÍDUOS SÓLIDOS



Município de
Resende

CÂMARA MUNICIPAL

URBANOS 2030 – ALTERAÇÃO – PROPOSTA:

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e posterior envio à Assembleia Municipal, alteração ao Plano de Ação Municipal do Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos 2030, aprovado pelos Órgãos Executivo e Deliberativo, em 28.11.2024 e 23.12.2024, respetivamente, com a inclusão da aquisição de mais uma viatura de recolha de resíduos.

Verificaram-se as seguintes intervenções:

Presidente da Câmara – Esclareceu que a alteração em causa tem como intuito a aquisição de uma nova viatura no âmbito da candidatura referida.

Jorge Manuel Correia Caetano (PS) – Manifestou a intenção de voto favorável, sugerindo, no entanto, que sejam tidos em consideração os locais e o estado dos próprios contentores de lixo. Sugerindo ainda que a limpeza dos mesmos, bem como eventuais substituições, ocorram com uma maior frequência.

Presidente da Câmara – Relativamente à limpeza dos contentores, informou que o Município já desencadeou o procedimento para a sua realização. Deu ainda conhecimento que será efetuado um estudo para o enquadramento paisagístico dos referidos locais, reforçando as ações de sensibilização junto da população.

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar e remeter à Assembleia Municipal.

C.11. APRESENTAÇÃO DO LIVRO “OBRIGADA POR GOSTARES DE MIM DA FORMA COMO GOSTAS” – NATÁLIA PAIVA – PROPOSTA:

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação a organização do evento de lançamento do livro “Obrigada por gostares de mim da forma como gostas”, de Natália Paiva, no Auditório Municipal, no dia 25 de janeiro de 2026.

Não se verificaram quaisquer intervenções.

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar.

C.12. SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE RESENDE – CEIA DE NATAL – INSTALAÇÕES ESCOLARES:

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, a cedência gratuita de instalações da Escola Preparatória de Resende para a realização da Ceia de Natal, a realizar no dia 20 de dezembro do corrente ano.

Não se verificaram quaisquer intervenções.

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar.

C.13. ATMR – ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DO MUNICÍPIO DE RESENDE – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO:

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para ratificação, o Protocolo de Colaboração a celebrar



Município de
Resende

CÂMARA MUNICIPAL

entre o Município de Resende e a ATMR – Associação dos Trabalhadores do Município de Resende, de apoio financeiro para o desenvolvimento de atividades culturais, recreativas e desportivas vocacionadas para os trabalhadores associados, nos termos previstos no Decreto-Lei nº 13/2011, de 25 de janeiro e alínea p) do nº 1 do artigo 33º, do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções.-----

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por unanimidade, ratificar.-----

C.14. MODELO DE ESTRUTURA ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE RESENDE – PROPOSTA:-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e remeter à Assembleia Municipal, uma proposta subscrita pelo senhor Presidente da Câmara.-----

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----

Jorge Manuel Correia Caetano (PS) – Referiu tratar-se de uma decisão com legitimidade do novo executivo, mas entende não ser o melhor modelo para a gestão do Município. Referiu que a criação do cargo de três Diretores de Departamento é excessiva e onerosa para o Município, visto que, pela dimensão da Autarquia, apenas se justificaria um. Manifestou concordância com o número de chefias, justificando que anteriormente estas também existiam. Lembrou que o Município de Resende “perdeu” dois vereadores e membros da Assembleia Municipal e que está agora a reforçar a estrutura da Câmara com cargos de dirigentes. Referiu que esta estratégia não seria a da sua bancada, manifestando, pelo exposto, a intenção de voto contra, ressaltando que o que efetivamente colocavam em causa eram os cargos e nunca as pessoas.-----

Presidente da Câmara – Esclareceu que, perante a falta de eficiência dos serviços, este será o caminho certo. Lembrou que, para além da perda de um lugar de vereador, perdeu-se igualmente um cargo de secretário da vereação, pelo que a criação destes novos cargos visa atenuar essa situação, criando uma estrutura que possa dar todo o apoio necessário ao Executivo e às pessoas. Relativamente ao aumento da despesa, afirmou que esta não será significativa face à perda de um cargo de vereador e aos encargos inerentes. Concluiu ter total confiança de que este novo modelo servirá para melhorar significativamente os serviços.-----

Vera Mónica Fonseca Cardoso (PS) – Questionou o senhor Presidente da Câmara se foi solicitado parecer a alguma entidade externa, nomeadamente à Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) ou à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), para aferir a possibilidade e legalidade da criação de três cargos de Diretores de Departamento. Referiu que, pelas características de Resende, por ser considerado um concelho de baixa densidade e pelo seu número de funcionários, apenas poderia ser criado um cargo de Diretor de Departamento, existindo limitações legais à criação de mais cargos.-----

Presidente da Câmara – Esclareceu ter sido efetuada uma análise e um estudo interno, bem como junto de peritos considerados válidos nesta matéria, e que em momento algum foi colocada em causa a criação dos três cargos de Diretores de Departamento, referindo estar convicto da legalidade do Modelo de Estrutura Orgânica do Município de Resende apresentado.-----



Município de
Resende

CÂMARA MUNICIPAL

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por maioria (voto contra da bancada do PS), aprovar e remeter à Assembleia Municipal.-----

C.15. REGULAMENTO ORGANIZAÇÃO SERVIÇOS MUNICÍPIO RESENDE – PROPOSTA:-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e remeter à Assembleia Municipal, uma proposta subscrita pelo senhor Presidente da Câmara.-----

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----

Vera Mónica Fonseca Cardoso (PS) – Manifestou, no seguimento do proferido anteriormente pela sua bancada, a intenção de voto contra, referindo que a criação de mais chefias poderá não se traduzir, necessariamente, numa maior eficiência dos serviços.-----

Jorge Manuel Correia Caetano (PS) – Manifestou a opinião de que, com a implementação deste modelo, surgirá um aumento de processos, informações e despachos, visto que quem efetivamente decidirá será o senhor Presidente e os senhores Vereadores.-----

Jorge José Pereira Sala Monteiro (PSD/CDS-PP) – Deu nota de que foi efetuado um “benchmarking” junto de outros municípios que têm evoluído, analisando as suas boas práticas. Recordou o exemplo do ocorrido no Município em 2002, aquando da duplicação de divisões e onde, no seu entendimento, os resultados foram positivos. Referiu que os municípios têm a necessidade de evoluir, fruto também das novas transferências de competências, deparando-se com a dificuldade de recrutamento de pessoal qualificado que possa dar uma resposta adequada aos desafios atuais. Afirmou que, para evoluir, o Município necessita de estruturar a sua orgânica de forma a possuir quadros que acrescentem informação de qualidade a quem decide. Lembrou a sobrecarga adicional decorrente da perda de mandatos de dois vereadores, defendendo que a criação destes cargos aumentará a responsabilidade e a competência a um nível superior, o que facilitará certamente a gestão camarária. Por último, sublinhou que o processo apresentado foi devidamente ponderado, entendendo ser este o melhor modelo para o aumento da eficácia dos serviços.-----

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por maioria (voto contra da bancada do PS), aprovar e remeter à Assembleia Municipal.-----

C.16. ATRIBUIÇÃO SUPLEMENTO PENOSIDADE INSALUBRIDADE – REAVALIAÇÃO POSTOS TRABALHO – PROPOSTA:-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, uma proposta subscrita pelo senhor Presidente da Câmara.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções.-----

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar.-----

C.17. DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO DIRIGENTES INTERMÉDIOS – PROPOSTA:-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e remeter à Assembleia Municipal, uma proposta subscrita pelo senhor Presidente da Câmara.-----



Município de
Resende

CÂMARA MUNICIPAL

Não se verificaram quaisquer intervenções.

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar e remeter à Assembleia Municipal.

C.18. DOCUMENTOS PREVISIONAIS – ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO 2026:

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e posterior envio à Assembleia Municipal, a proposta de Orçamento e das Grandes Opções do Plano para o ano 2026.

Verificaram-se as seguintes intervenções:

Jorge Manuel Correia Caetano (PS) – Deu conhecimento da apresentação de uma declaração de voto relativamente ao assunto em apreciação e votação. Lamentou o facto de não terem sido vertidas no documento algumas das sugestões remetidas pela sua bancada, quer tenha sido por falta de tempo, quer por falta de abertura. Recordou que, no início do mandato, manifestaram total disponibilidade de colaboração, reforçando essa posição através da remessa de um documento com sugestões para a elaboração do orçamento. Referiu compreender que as preocupações em alguns temas são comuns a ambas as bancadas por isso, estão já previstas no orçamento, no entanto, existem outros temas que efetivamente as distanciam, mas que, não obstante, o exposto, os vereadores do Partido Socialista manifestam a intenção de abstenção. Demonstram, assim, o benefício da dúvida ao Executivo por este ter iniciado funções há recentemente e por ser este o primeiro Orçamento Municipal apresentado. Disse que a nota da concertação deveria ser revista para futuros documentos, referindo que, apesar de a responsabilidade de elaboração recair sobre o Executivo, a abertura para incluir sugestões da oposição seria importante. Constatou que o volume apresentado assenta numa expectativa elevada de receitas de capital, acreditando que estas poderão vir a sofrer uma diminuição de concretização por dependerem de organizações terceiras. Referiu que a sua bancada entende que deverá ser realizada uma reflexão sobre o investimento num pavilhão multiusos, dado o custo associado bastante elevado, reconhecendo, no entanto, a falta de equipamento para a receção de grandes eventos. Sugeriu, como alternativa, a requalificação do miolo do mercado municipal para esse fim. Disse ainda ter constatado uma verba diminuta para a Cultura, acrescida do facto de nessa mesma rubrica estarem incluídas as festas da Labareda, da Cavada, da Cereja e de Natal. Manifestou o desejo de, no futuro, haver uma maior concertação entre bancadas aquando da elaboração do orçamento para o Município.

Presidente da Câmara – Esclareceu que a ausência das referidas sugestões se deveu à falta de tempo, recordando que, aquando vereador da oposição, também gostava de ser ouvido e de poder contribuir de igual forma para este documento. Disse que, futuramente, esta situação será alterada, havendo certamente mais tempo para a preparação e elaboração do orçamento. Referiu que diversas sugestões e preocupações eram comuns a ambas as partes, destacando temas como os apoios ao arrendamento, a abertura vinte e quatro horas do Serviço de Atendimento Permanente (SAP) do Centro de Saúde e a modernização dos serviços municipais, entre outros. Salientou que, embora a



Município de
Resende

CÂMARA MUNICIPAL

realidade fosse a mesma, as visões diferiam, considerando tal situação legítima e normal no contexto democrático. Relativamente à intenção de construção de um pavilhão multiusos, esclareceu que o projeto foi pensado para responder a carências verificadas em eventos do Município, visando colmatar limitações logísticas, como as que ocorrem na realização da Festa das Cavacas ou o facto de, em eventos no Auditório Municipal, o público ter de se sentar nas escadas, sendo este, pavilhão multiusos, um dos objetivos deste Executivo.

Jorge José Pereira Sala Monteiro (PSD/CDS-PP) – Referiu não se recordar de alguma vez ter sido elaborado um orçamento que integrasse sugestões apresentadas pela oposição. No entanto, o documento remetido pela bancada do Partido Socialista, com sugestões para a elaboração do orçamento, foi analisado apesar do curto espaço de tempo disponível. Reforçou o proferido pelo senhor Presidente da Câmara, notando que muitas das sugestões apresentadas eram transversais a ambas as bancadas e que se encontravam vertidas em ambos os programas eleitorais. Deu nota de que o tempo para a elaboração de um documento com esta importância e envergadura foi escasso. Relativamente aos fundos comunitários, explicou que existe o problema de estes estarem em constantes alterações, tal como as respetivas verbas, pelo que o Município deve estar preparado para, a qualquer momento, poder avançar e apresentar candidaturas com perspetiva de aprovação. Concordou tratar-se de um orçamento ambicioso e reconheceu a dificuldade de concretização, dado que esta concretização depende de entidades externas, no entanto, assegurou que o Município estará sempre preparado, sem significar um agravamento financeiro para a autarquia. Relativamente a alguns valores constantes no documento e que a oposição considera baixos, esclareceu que, para certas ações ou projetos, a dotação agora inscrita mostra-se insuficiente para a despesa prevista para o ano de 2026. No entanto, como se prevê que a transição de ano gere um saldo orçamental significativo, as dotações dos referidos projetos, onde se inclui a Cultura, serão devidamente reforçadas em sede de revisão orçamental em 2026. Por último, lembrou que o Município, à semelhança de outros de idêntica dimensão, necessitará certamente de recorrer a empréstimos para a realização de determinados projetos, como a requalificação da rede viária, devido à falta de tipologia adequada nas candidaturas a fundos comunitários.

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por maioria (abstenção da bancada do PS), aprovar e remeter à Assembleia Municipal.

Jorge Manuel Correia Caetano (PS) – Proferiu a seguinte declaração de voto:

“Os vereadores do Partido Socialista apresentam a seguinte declaração de voto, para que fique registada em ata a fundamentação da sua posição quanto ao Plano e Orçamento Municipal apresentado para 2026. Numa primeira análise, este documento não deve tratar apenas de números, deve tratar de prioridades, de visão e de verdade política. E a verdade é simples, este não é um orçamento de governação, é um orçamento de expectativa. Começamos pela suposta redução da despesa com pessoal. Afirmo o Executivo que irá reduzir custos com o pessoal, no entanto apresenta um modelo de estrutura orgânica que aumenta, consideravelmente, o número de chefias de serviço e cria lugares de direção. Para a dimensão do Município de Resende, esta opção é um contrassenso,



Município de
Resende

CÂMARA MUNICIPAL

contradiz a anunciada "modernização administrativa" e aprofundará um modelo mais pesado e hierarquizado. Mesmo com a alegada poupança, a despesa em bens e serviços cresce 21%, onde se acumulam custos de consultoria, avenças e prestações externas. No que diz respeito ao investimento, o orçamento aumenta 30% sustentado em fundos comunitários. Sem a sua concretização, cairá cerca de 10 milhões de euros. Significa isto que grande parte do investimento depende de aprovação externa, elegibilidade e execução que não estão asseguradas. Falta visão estratégica em muitos dos investimentos propostos, como um pavilhão multiusos sem fundamentação, uma dispersão de pequenos projetos, miradouros de 43 mil euros, certificações de 43 mil euros, passadiços de 75 mil euros, números redondos, mais ajustados à fotografia política do que a uma estratégia coerente. Passemos à Cultura, o ADN do nosso concelho. Num território com forte identidade cultural, atribuir apenas 1% do orçamento à Cultura é praticamente ofensivo. Os 101.200 euros previstos não dignificam quem, em Resende, constrói a nossa imagem cultural e projeta o concelho para o exterior. Abandona-se, assim, parte essencial da alma do território. Sobre o seguro de saúde. O Partido Socialista é frontalmente contra esta medida, que não protege verdadeiramente a saúde nem beneficia os cidadãos. Pelo contrário, não oferece vantagens concretas e representa custos acrescidos, quando o esforço financeiro deveria ser canalizado para o reforço da Saúde Pública, para aproximar os serviços de saúde dos munícipes e melhorar a sua qualidade. Por fim, importa registar a ausência de diálogo. Não houve, da parte do Executivo, qualquer esforço de concertação, debate ou acolhimento das propostas apresentadas atempadamente pelo Partido Socialista. Não obtivemos resposta. O orçamento permanece fiel apenas ao programa eleitoral da coligação Valorizar Resende, ignorando contribuições construtivas apresentadas pela oposição. Não obstante ao exposto, os vereadores do Partido Socialista abstêm-se quanto à votação da presente proposta, dando o benefício da dúvida ao executivo por terem iniciado funções há pouco tempo e ser este o primeiro Orçamento Municipal apresentado".-----

C.19. APROVAÇÃO DO PONTO 7 – “ATUALIZAÇÃO DA TABELA DE TAXAS E PREÇOS”, DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS:-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e posterior envio à Assembleia Municipal, a “Atualização da Tabela de Taxas e Preços”, dos Documentos Previsionais.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções.-----

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar e remeter à Assembleia Municipal.-----

C.20. APROVAÇÃO DO ARTIGO 12.º DO ARTICULADO DE MEDIDAS PARA ORIENTAR A EXECUÇÃO ORÇAMENTAL, “APOIO A ENTIDADES TERCEIRAS”, CONSTANTE DO PONTO 3 DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS:-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e posterior envio à Assembleia Municipal, do artigo 12.º do articulado de medidas para orientar a execução orçamental, “Apóio a



Município de
Resende

CÂMARA MUNICIPAL

entidades terceiras”, constante do ponto 3 dos Documentos Previsionais.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções.-----

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar e remeter à Assembleia Municipal.-----

C.21. APROVAÇÃO DO ARTIGO 19.º DO ARTICULADO DE MEDIDAS PARA ORIENTAR A EXECUÇÃO ORÇAMENTAL, “APOIO ÀS COMPETÊNCIAS MATERIAIS DOS ÓRGÃOS DAS FREGUESIAS”, CONSTANTE DO PONTO 3 DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS:-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e posterior envio à Assembleia Municipal, do artigo 19.º do articulado de medidas para orientar a execução orçamental, “Apoio às competências materiais dos órgãos das freguesias”, constante do ponto 3 dos Documentos Previsionais.-----

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----

Presidente da Câmara – Deu nota da duplicação dos valores a transferir para as juntas de freguesia, proporcionando-lhes, assim, uma maior independência face ao Município, dado que as verbas que recebiam anteriormente eram manifestamente reduzidas. Desta forma, o Executivo, mantendo a coerência com o que defendia enquanto oposição, propõe o aumento de 100.000,00€ para 200.000,00€.-----

Jorge Manuel Correia Caetano (PS) – Manifestou concordância com o proposto referindo que efetivamente o valor era reduzido.-----

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar e remeter à Assembleia Municipal.-----

C.22. APROVAÇÃO DO ARTIGO 20.º DO ARTICULADO DE MEDIDAS PARA ORIENTAR A EXECUÇÃO ORÇAMENTAL, “ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS”, CONSTANTE DO PONTO 3 DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS:-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e posterior envio à Assembleia Municipal, do articulado de medidas para orientar a execução orçamental, “Assunção de compromissos plurianuais”, constante do ponto 3 dos Documentos Previsionais.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções.-----

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar e remeter à Assembleia Municipal.-----

C.23. APROVAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2026, CONSTANTE DO PONTO 4 DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS:-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e posterior envio à Assembleia Municipal, do Mapa de Pessoal para o ano de 2026, constante do ponto 4 dos Documentos Previsionais.-----



Município de
Resende

CÂMARA MUNICIPAL

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----

Vera Mónica Fonseca Cardoso (PS) – Manifestou a intenção de abstenção no presente ponto justificada pelo proferido nos pontos C.14 e C.15, mas que, no entanto o presente mapa de pessoal contém necessidades que consideram urgentes para o Município.-----

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por maioria (abstenção da bancada do PS), aprovar e remeter à Assembleia Municipal.-----

C.24. APROVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, CONSTANTE DO PONTO 12 DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS:-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e posterior envio à Assembleia Municipal, a autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal, constante do ponto 12 dos Documentos Previsionais.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções.-----

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar e remeter à Assembleia Municipal.-----

C.25. AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS E ILUMINAÇÃO PÚBLICA – ABERTURA DE PROCEDIMENTO:-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e remeter à Assembleia Municipal, a abertura de procedimento de aquisição de energia elétrica para os equipamentos municipais e iluminação pública.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções.-----

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar e remeter à Assembleia Municipal.-----

C.26. AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS POR AJUSTE DIRETO – CONSULTADORIA JURÍDICA:-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para emissão de autorização prévia à celebração de contrato de aquisição de bens e serviços por ajuste direto, de consultadoria jurídica, nos termos da informação dos serviços.-----

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----

Jorge Manuel Correia Caetano (PS) – Manifestou a intenção de abstenção no presente ponto justificada pelo proferido nos pontos C.14 e C.15, mas que, no entanto o presente mapa de pessoal contém necessidades que consideram urgentes para o Município.-----

Presidente da Câmara – Deu conhecimento de que teve uma conversa prévia com o Dr. Adriano Pereira. Disse reconhecer-lhe o excelente serviço prestado ao Município ao longo dos últimos anos, esclareceu, contudo, que a motivação para a mudança de advogado visa, essencialmente, a relação



Município de
Resende

CÂMARA MUNICIPAL

de plena confiança que o Presidente da Câmara e a restante Vereação depositam no Dr. Manuel Bernardo, reconhecendo-lhe à competência técnica necessária, acrescido da sua proximidade com o Município o que permitirá a obtenção de um maior benefício para a autarquia.-----

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por maioria (abstenção da bancada do PS) aprovar.-----

C.27. FIXAÇÃO DE TAXAS DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – PROPOSTA:-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e posterior envio à Assembleia Municipal, uma proposta subscrita pelo senhor Presidente da Câmara propondo que seja aprovada para o ano de 2026 a fixação da taxa de IMI para prédios urbanos em 0,375% nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 112º do CIMI bem como aplicar a redução da taxa do IMI em função do número de dependentes a cargo, nos termos e condições previstos no artigo 112º-A do CIMI.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções.-----

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar e remeter à Assembleia Municipal.-----

C.28. PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS – PROPOSTA:-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e posterior envio à Assembleia Municipal, uma proposta subscrita pelo senhor Presidente da Câmara, propondo que a participação do Município de Resende no IRS relativa aos rendimentos do ano de 2026 dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Resende seja fixada em 0%, conferindo assim a esses sujeitos passivos um benefício municipal de 5% em sede de IRS.-----

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar e remeter à Assembleia Municipal.-----

C.29. DERRAMA – PROPOSTA:-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e posterior envio à Assembleia Municipal, uma proposta subscrita pelo senhor Presidente da Câmara, propondo para o ano de 2026 o lançamento de derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) do exercício de 2025, abrigo do nº1 do artigo 18º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI) e isentar de derrama os sujeitos passivos com o volume de negócios do ano anterior que não ultrapasse os 150.000,00€, ao abrigo do nº 24 do artigo 18º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI).-----

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar e remeter à Assembleia Municipal.-----



Município de
Resende

CÂMARA MUNICIPAL

Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Câmara propôs a aprovação em minuta de todos os assuntos submetidos a decisão do órgão, o que foi aprovado por unanimidade, e deu por encerrada a reunião, eram 11h15.-----

Os documentos que servem de suporte às deliberações tomadas encontram-se arquivados digitalmente no sistema de gestão documental IportalDoc, com réplicas no servidor, na partilha Atas, pasta Câmara Municipal, subpasta Ano 2025.-----

Dr. Fernando Silvério Cardoso de Sousa
Presidente da Câmara Municipal

Paulo Jorge Vieira Correia
Assistente Técnico